

Brasília-DF, 11 de setembro de 2026



Centrais Sindicais preparam ações de apoio a reeleição do presidente Lula



Reunidos remotamente na manhã de quarta-feira (9), mais de 200 sindicalistas opinaram sobre de que forma devem atuar na reta final das campanhas de

reeleição do presidente Lula, dos candidatos ao Congresso Nacional, Governos e Assembleias Legislativas, que serão fundamentais para aprovar os projetos de interesses do povo e da classe trabalhadora.

Todos opinaram da necessidade de intensificar ações de esclarecimentos nos locais de trabalho, apresentar os feitos da atual gestão que trouxeram ganhos para os trabalhadores e trabalhadoras, alertá-los sobre os retrocessos trabalhistas e sociais, caso vençam, os que abertamente se posicionam favoráveis aos interesses empresariais.

O caso mais notório de que os aliados da classe empresarial, advogam em Brasília a favor de pautas que só beneficiam o capital, foi a votação do fim da Escala 6X1 no Senado Federal em que o senador Rogério Marinho (PL/RN), coordenador de campanha do Flávio Bolsonaro, apresentou emendas todas favoráveis aos patrões para retardar a votação.

Os quatro votos contrários ao relatório apresentado pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), que manteve o texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº221/2019, aprovado pela Câmara Federal, foram justamente o de Marinho, Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Teresa Cristina (PP-MS) e Jaime Bagattoli (PL-RO), todos adeptos do bolsonarismo.

Para garantir visibilidade do apoio dos sindicalistas aos candidatos progressistas, Nailton Francisco de Souza (Porreta), presidente da NCST/SP – Nova Central Sindical de Trabalhadores no Estado de São Paulo, sugeriu caminhadas nos centros das capitais de (Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo) e encontro com os candidatos.

“Temos que dialogar e argumentar com a população e os que nós representamos no dia a dia. O trabalho de conscientização até outubro tem que ser constante em todas frentes: locais de trabalho, feiras livres, centros urbanos e redes sociais. Nossos inimigos de classe baixaram o nível de suas campanhas e fabricam e divulgam cotidianamente mentiras sobre o Governo Lula”.

Nailton Porreta, ressaltou que o jogo é pesado, que inclusive o ministro do STF – Supremo Tribunal Federal, André Mendonça tem atuado explicitamente para impedir investigação que atingem seus amigos, com a finalidade de reforçar a estratégia eleitoral da extrema direita, com um comportamento, irresponsável, nada republicado e muito perigoso.

Afirmou que Mendonça, age cronologicamente no ritmo da disputa eleitoral. Sua decisão ilegal de afastar Andrei Rodrigues e Leandro Almada dos cargos

Brasília-DF, 11 de setembro de 2026

de Diretor-Geral e de Diretor de Inteligência da Polícia Federal, teve como objetivo municiar os cabos eleitorais e impedir o andamento das apurações sobre o Banco Master, que atingem centralmente políticos e agentes bolsonaristas.

Fonte: Blog Profissão Transportes

Em manifesto, Centrais Sindicais reafirmam defesa da democracia e cobram respeito à Constituição



Foto: Celso Tavares/G1

As Centrais Sindicais divulgaram, nesta quinta-feira (10), manifesto exigindo transparência e respeito à Constituição em reação às decisões envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF), após o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência, Leandro Almada, pelo ministro André Mendonça.

No documento, as entidades questionam a divulgação seletiva de informações e cobram uma resposta colegiada da Corte, além de apuração célere e independente dos fatos. As centrais também alertam para os riscos de interferências políticas nas instituições e afirmam que a democracia deve prevalecer sobre interesses pessoais ou eleitorais.

Confira, a seguir, a íntegra do manifesto:

Em defesa das instituições e da democracia

As Centrais Sindicais manifestam preocupação com a escalada da crise institucional envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Polícia Federal. O momento exige firmeza, transparência e absoluto respeito à Constituição.

Vazamentos seletivos, divulgação fragmentada de informações e critérios distintos de celeridade alimentam suspeitas de seletividade e comprometem a confiança nas próprias investigações.

Não é a primeira vez, na história recente, que os brasileiros assistem ao uso do sistema de Justiça para fins políticos e eleitorais. O resultado dessa prática foi a instabilidade política e a ameaça à democracia.

É inaceitável que ministros, dos quais se esperam condutas exemplares no exercício do cargo, utilizem suas posições para proteger interesses pessoais, perseguir grupos políticos ou interferir, ainda que indiretamente, no processo eleitoral.

Além de prejudicar o direito soberano do povo de decidir os rumos do país, manipulações dessa natureza expõem o Brasil como uma sociedade vulnerável a ingerências estrangeiras — algo ainda mais preocupante diante da ascensão de governos extremistas em diferentes partes do mundo.

Diante da gravidade da situação, é necessária uma reação imediata do STF. Cabe ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, assegurar uma resposta colegiada e contribuir para o restabelecimento da confiança no Tribunal.

Os fatos e as responsabilidades precisam ser apurados de forma célere, independente e transparente. É preciso que se faça quebra integral dos sigilos, para que as informações sejam apresentadas sem recortes ou vieses. Com respeito ao devido processo legal e sem antecipação de culpa, os investigados devem ser cautelarmente afastados sempre que sua permanência na função puder comprometer as apurações.

É urgente garantir a independência, a autoridade e a credibilidade do STF, da Polícia Federal, da Advocacia Geral da União e das demais instituições da República. O pleno funcionamento dessas instituições é expressão de uma democracia saudável e ativa. Foram elas que garantiram, por exemplo, a soberania das urnas e a normalidade constitucional em 2022.

Em nome dos trabalhadores brasileiros, cobramos verdade, transparência, imparcialidade e estabilidade institucional. A democracia brasileira é maior do que qualquer interesse pessoal, político ou eleitoral e deve estar acima de todos eles.

São Paulo, 10 de setembro de 2026

Sérgio Nobre – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Miguel Torres – Presidente da Força Sindical
Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Ronaldo Leite – Presidente interino da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
Antonio Neto – Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)

Brasília-DF, 11 de setembro de 2026

Sônia Maria Zerino da Silva – Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
Nilza Pereira – Secretária-Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora
José Gozze – Presidente da Pública Central do Servidor
Luiz Arraes – Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST)

Fonte: Hora do Povo

Lula sanciona lei que extingue a “taxa das blusinhas” e altera regras de importação

Nova legislação acaba com imposto de 20% para compras internacionais de até US\$ 50 e traz regras para medicamentos



O presidente Lula (PT) sancionou nesta quinta-feira (10) o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 13/2026, texto que altera o Decreto-Lei nº 1.804/1980 e extingue a chamada “taxa das blusinhas”. A nova legislação modifica as regras de tributação simplificada de remessas postais internacionais, pondo fim à cobrança do Imposto de Importação de 20% sobre compras no exterior de até US\$ 50.

A medida mantém o regime simplificado para os bens importados por via postal, limitando a aplicação deste formato a mercadorias com valor de até US\$ 3 mil por remessa. Além disso, a nova lei confere ao ministro da Fazenda a competência direta para alterar as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre essas operações.

A norma também autoriza a concessão de tratamento tributário diferenciado de acordo com o meio de importação utilizado e a adesão da plataforma de vendas ao programa de conformidade da Receita Federal. Para dar maior previsibilidade e transparência ao consumidor quanto ao custo final da operação, as compras feitas em empresas habilitadas no programa de conformidade poderão ser nacionalizadas utilizando a taxa de câmbio vigente no dia exato da compra.

Com o intuito de evitar abusos e distorções no sistema, o Poder Executivo fica autorizado a estabelecer limites quantitativos e de frequência de compras por usuário. Também serão implementados mecanismos de controle para evitar o fracionamento artificial de remessas e impedir que o regime simplificado seja utilizado indevidamente para fins comerciais ou de revenda.

Regra especial para importação de medicamentos

A legislação recém-sancionada cria um tratamento especial destinado a pacientes que precisam importar medicamentos não disponíveis no mercado nacional. Para ter direito ao benefício, o produto deve cumprir requisitos específicos: precisa ser um medicamento acabado, não possuir similar nacional, ter classificação reconhecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ser importado por pessoa física para uso próprio e individual, e ser voltado ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas.

Diretrizes econômicas e proteção ao setor nacional

O texto estabelece diretrizes rígidas para fundamentar as futuras decisões do Ministério da Fazenda sobre o regime simplificado. As medidas deverão observar a isonomia concorrencial entre artigos importados e nacionais, a livre concorrência, a valorização do trabalho, a proteção do emprego e da renda, além do fortalecimento da indústria e do comércio varejista do país. As decisões regulatórias precisarão assegurar a transparência, a motivação dos atos e a preservação de preços acessíveis ao consumidor.

A Fazenda terá a obrigação de realizar o monitoramento periódico dos efeitos econômicos da legislação, com relatórios produzidos em intervalos máximos de seis meses. Os estudos vão avaliar o impacto sobre emprego e renda, os efeitos em setores intensivos em mão de obra, a competitividade do mercado interno, a variação de preços ao consumidor, o volume e valor das remessas, os países de origem, as diferenças competitivas e a arrecadação federal e estadual.

Por fim, a lei institui um mecanismo permanente de acompanhamento pelo Congresso Nacional. O Poder Legislativo deverá apresentar, até o dia 30 de abril de cada ano, um relatório completo detalhando o impacto econômico e fiscal da medida, a arrecadação obtida, os reflexos na indústria e comércio nacionais, bem como a estimativa da renúncia de receitas para o exercício seguinte.

Fonte: Brasil247

Brasília-DF, 11 de setembro de 2026

Cesta básica ficou mais barata em 25 capitais em agosto

Produtos como batata, tomate, café e feijão puxaram a queda



© EBC/Arquivo

Em agosto, a cesta básica ficou mais barata em 25 das 27 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Levantamento é divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A cesta só ficou mais cara em duas capitais: Maceió, onde o custo médio da cesta subiu 1,43%, e em São Luís, com aumento médio de 0,78%.

De acordo com a pesquisa, as quedas mais importantes ocorreram em Rio Branco (-4,68%), Manaus (-4,55%), Boa Vista (-4,47%), Aracaju (-3,89%), Cuiabá (-3,37%) e Salvador (-3,30%).

No entanto, quando se faz a comparação anual com o mesmo mês do ano passado, o custo da cesta básica aumentou em 25 capitais brasileiras e diminuiu apenas em Brasília (-0,64%) e Palmas (-0,27%), com as altas mais expressivas observadas em Goiânia (7,51%), Cuiabá (6,42%) e Vitória (6,26%).

Um dos principais produtos responsáveis pela queda no custo da cesta no mês passado foi a batata, que caiu em todas as cidades do centro-sul do país. Também houve queda no preço médio do quilo do café em pó, que caiu em 23 capitais brasileiras. O tomate e o feijão foram outros componentes da cesta que apresentaram queda de preços em agosto. Por outro lado, o pão francês, o óleo de soja, o leite integral e o arroz agulhinha apresentaram aumento de preços na maior parte das capitais analisadas no mês de agosto.

Cesta mais cara do país

Em agosto, a capital paulista continuou a apresentar a cesta básica mais cara do país, com custo médio de R\$ 900,59, seguida por Cuiabá (R\$ 851,57), Rio de Janeiro (R\$ 851,19) e Florianópolis (R\$ 850,90). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente. Os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 570,98), Natal (R\$ 627,42), Maceió (R\$ 627,45) e Salvador (R\$ 628,89).

Dieese estimou que o salário-mínimo em junho deveria ser de R\$ R\$ 7.565,86 ou 4,67 vezes superior ao valor do salário-mínimo atual, estabelecido em R\$ 1.621,00.

Previsão teve como base a cesta mais cara do país, que em agosto foi a de São Paulo. Também foi levada em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Fonte: Agência Brasil